

Capital paraibana consolida presença em rankings nacionais

O desempenho recorrente evidencia o fortalecimento da imagem da cidade

A capital paraibana segue em alta no cenário turístico nacional e consolida sua posição entre os destinos mais desejados do país. João Pessoa aparece entre os dez locais mais buscados por brasileiros nos meses de janeiro e fevereiro de 2026, segundo levantamento da Decolar, uma das principais plataformas de viagens da América Latina.

O resultado confirma uma tendência observada nos últimos anos. De forma recorrente, a cidade tem figurado em rankings e pesquisas nacionais que destacam os destinos mais procurados e bem avaliados do Brasil.

Imagem positiva da Paraíba

O desempenho consistente evidencia o fortalecimento da imagem do destino no mercado turístico e o crescimento do interesse por parte dos viajantes.

Esse avanço ocorre em um contexto de mudanças no comportamento do consumidor.

A preferência por viagens mais curtas, práticas e planejadas com antecedência tem impulsionado a procura por pacotes completos, que incluem passagens, hospedagem e serviços adicionais.

Nesse cenário, João Pessoa se destaca pelo custo-benefício



Ascom PB

É o terceiro ano consecutivo que o estado se destaca

competitivo, pela boa infraestrutura urbana e pela diversidade de atrativos naturais e culturais, fatores que atendem a diferentes perfis de turistas.

Planos na área do turismo

Entre os principais diferenciais estão o litoral preservado, com praias de águas mornas e paisagens naturais, além de pontos turísticos consolidados, como o Centro Histórico de João Pessoa e o Farol do Cabo Branco,

considerado o ponto mais oriental das Américas.

A combinação entre natureza, cultura e tranquilidade tem sido um dos principais atrativos para visitantes de diversas regiões do país.

Para o presidente da Empresa Paraibana de Turismo, Ferdinando Lucena, a presença constante da capital nos rankings é reflexo direto dos investimentos realizados pelo governo estadual. Segundo ele, ações voltadas à promoção do destino, à qualificação

dos profissionais do setor e à melhoria da infraestrutura têm ampliado a competitividade de João Pessoa no mercado nacional.

A secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Rosália Lucas, destaca que o crescimento também está associado à ampliação da malha aérea e a projetos estruturantes em andamento. De acordo com a gestora, o aumento da oferta de voos tem facilitado o acesso ao destino, enquanto investimentos em mobilidade urbana e equipamentos

turísticos contribuem para melhorar a experiência dos visitantes.

Entre os projetos estratégicos, destaca-se o Polo Turístico Cabo Branco, considerado um dos maiores complexos turísticos planejados do Nordeste. A iniciativa reúne empreendimentos hoteleiros e de lazer e tem potencial para impulsionar ainda mais o fluxo de turistas e a geração de empregos na região.

Participação ativa do estado

Outro fator que tem contribuído para o bom desempenho do destino é o fortalecimento da promoção integrada, com participação em feiras nacionais e internacionais e ações de divulgação voltadas ao mercado digital.

A estratégia amplia a visibilidade da capital paraibana e reforça sua competitividade frente a outros destinos consolidados do país.

Com indicadores positivos, aumento da procura e investimentos contínuos, a região de João Pessoa avança na consolidação de sua marca no turismo brasileiro, reforçando sua posição como destino competitivo, acessível e em expansão, com perspectivas de crescimento sustentável nos próximos anos.

BA: projeto define regras sobre chocolate

Ascom/CAR

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1.769/2019 foi recebida como uma conquista histórica para a cadeia produtiva do cacau e para a agricultura familiar baiana.

A proposta, relatada pelo deputado federal Daniel Almeida, estabelece critérios legais para definir o que pode ser comercializado como chocolate no país, determinando percentuais mínimos de cacau e seus derivados na composição dos produtos.

Para o diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Jeandro Ribeiro, a medida representa um avanço direto para agricultores e agricultoras que vivem da produção cacaujeira.

“Agora podemos afirmar que há uma legislação em tramitação que vai definir o que é chocolate no Brasil. Isso significa aumento da demanda por massa de cacau, maior valorização do produto e pagamento mais justo para quem produz”, destacou.

Segundo ele, a aprovação é resultado de uma ampla articulação política que envolveu os governos federal e estadual, parlamentares baianos, representantes dos governos da Bahia e do Pará, além de entidades do setor cacaujeiro e produtores rurais.

O texto aprovado determina que os fabricantes informem, de forma visível na parte frontal das embalagens, o percentual de cacau presente no produto, ocupando pelo menos 15% da área principal. Também fixa parâmetros mínimos para a composição dos produtos comercializados como chocolate.

Para o chocolate tradicional, será exigido no mínimo 35% de sólidos totais de cacau, sendo pelo menos 18% de manteiga de cacau e 14% de sólidos isentos de gordura. No caso do chocolate ao leite, a exigência será de pelo menos 25% de sólidos totais de cacau e 14% de sólidos de leite ou derivados. Já o cacau em pó deverá conter, no mínimo, 10%

de manteiga de cacau em relação à matéria seca.

Sobre a regulamentação

A regulamentação corrige distorções históricas do mercado, em que produtos com baixo teor de cacau eram comercializados como chocolate, prejudicando consumidores e desvalorizando a produção nacional.

Para a agricultura familiar, a expectativa é de impacto positivo na renda, já que a obrigatoriedade de maior uso de massa de cacau tende a ampliar a demanda pela matéria-prima produzida no campo, especialmente em estados como a Bahia, referência histórica na produção cacaujeira.

Após a aprovação na Câmara, o projeto segue para análise no Senado Federal. A expectativa do setor é de que a matéria seja aprovada ainda neste semestre, consolidando uma legislação considerada estratégica para o fortalecimento da lavoura cacaujeira brasileira.



A proposta foi relatada pelo deputado federal Daniel Almeida